

Remuneração docente na educação básica: uma análise comparativa nos setores público e privado no município de Campo Grande (2006-2014)

Teaching remuneration in basic education: a comparative analysis in public and private areas in Campo Grande (2006-2014)

Bruna Mendes Dias¹
Elcio Gustavo Benini²

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a remuneração dos professores da educação básica do Município de Campo Grande – MS. Por meio da Relação Anual de Informação Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho (MTE), este artigo investiga os diferenciais de remuneração entre os professores dos diversos níveis de ensino, das redes pública e privada, no período de 2006 a 2014. De acordo com os resultados obtidos, os professores da educação básica que atuam nos setores público municipal e estadual tiveram reajustes na remuneração maiores do que os atuantes nas entidades privadas quando comparados às médias dos reajustes anuais dos mesmos. No entanto, quando postos diante a outros profissionais com o mesmo nível de formação, os professores da educação básica em geral ainda recebem uma remuneração muito aquém do esperado. Todavia, os dados apresentados também indicam a valorização da remuneração do professor da educação básica no período analisado.

Palavras-chave: Trabalho Docente; Remuneração; Educação Básica.

Abstract: This paper aims to study teachers' remuneration from basic education in the city of *Campo Grande - MS*. Through the Annual Social Information (ASI), available by the Brazilian Ministry of Labor (BML), we investigate the differences related to payment between teachers from different educational levels, public and private networks in the period of 2006-2014. According to the results, basic education teachers, who work in the municipal and state areas had higher readjustments in compensation than the ones working in private entities, compared to the annual average readjustments. However, when comparing to other professions, with the

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pelo Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Atualmente, é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Também é Tutora presencial no ensino do curso Técnico em Serviços Públicos modalidade de educação à distância do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: bruna.mendesdias@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua nas áreas de Teoria Crítica das Organizações, Trabalho Associado, Educação e Trabalho, e Administração Pública. É professor nos cursos de graduação em Administração (modalidade presencial), Administração Pública (modalidade a distância), de especialização em Gestão Pública e Gestão em Saúde (modalidade a distância), e no mestrado em Administração (modalidade presencial), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

same level of graduation, teachers from basic education, in general, still receive far below expectations. Yet, the data presented also indicates the value of teachers' remuneration from basic schools that time.

Keywords: Teaching; Remuneration; Basic Education.

1. Introdução

Pode-se dizer que a educação, em seu sentido amplo, desempenha várias funções. No âmbito da política, pode ser visualizada como dimensão fundamental para a vida em sociedade; na dimensão ideológica, enquanto instrumento emancipatório e também de conformação social – reprodução do status quo – e; na dimensão econômica, exercendo um papel de instrumento de mobilidade social, na qual há muito vem sendo objeto de estudo – em vista da sua relação com o desempenho econômico dos países. Sem dúvida, há diversas maneiras de medir o impacto da educação no desenvolvimento social de um país.

Theodore Schultz desenvolveu sua teoria do capital humano ressaltando a importância do investimento no homem e na pesquisa, evidenciando que o desenvolvimento do capital humano é, além de uma pré-condição, também o propulsor para o desenvolvimento econômico. Schultz classifica o investimento em capital humano em escolaridade e educação de nível mais alto, treinamento realizado no local do emprego, migração, saúde, e informação econômica, já que estes possibilitam a produtividade de valor (SCHULTZ, 1973). Com isso, a educação passou a ser um componente de destaque e base nas formulações de estratégias das economias de muitos países.

No Brasil, a responsabilidade pela oferta da educação entre as esferas do governo foi melhor definida através da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996). A nova LDB define que cabe à União a coordenação da política nacional de educação. Assim, embora significativa parte dos gastos na Educação nos níveis fundamental e médio seja de responsabilidade dos estados e municípios, se reconhece a existência de uma política nacional, que se expande para o país a partir de uma orientação que parte da esfera federal.

A primeira lei geral de educação do País, aprovada em 15 de outubro de 1827, em um de seus artigos, definiu o valor dos vencimentos dos professores. Contudo,

conforme afirma Pinto (2009), foram necessários 181 anos para que se criasse, no Brasil, um piso salarial para os profissionais do magistério, com a aprovação da Lei nº 11.738, de 2008.

Para Tardif e Lessard (apud GATTI, 2005; BARRETO, 2009), os professores, em razão do seu número e da função, constituem um dos mais importantes grupos ocupacionais e uma das principais peças da economia nas sociedades modernas. De fato, eles representam, juntamente com os profissionais da saúde, a principal carga orçamentária dos Estados nacionais, “além da importância econômica, o trabalho dos professores também tem papel central do ponto de vista político e cultural. O ensino escolar há mais de dois séculos constitui a forma dominante de socialização e de formação nas sociedades modernas e continua se expandindo” (GATTI; BARRETO, 2009, p.15).

Um dos principais desafios da educação brasileira configura-se na qualidade do ensino e este desafio está intimamente unido ao desempenho do professor³. E, como evidenciado por Pinto (2009), o Brasil tem desempenhado pouco avanço na perspectiva da valorização dos professores. Embora já exista, hoje, uma consciência generalizada de que os professores são mal remunerados, o tema ainda é controverso.

Em face das colocações acima, este trabalho teve como objeto de estudo a remuneração docente na singularidade da educação básica. Seu objetivo localiza-se na investigação sobre o movimento histórico da remuneração dos professores dos diversos níveis de ensino das redes pública e privada, no período de 2006 a 2014, no município de Campo Grande. Trata-se de um recorte empírico da pesquisa nacional intitulada “Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica no contexto do FUNDEB e do PSPN”, constituída por 12 Universidades de diferentes Estados do Brasil.

Para compreender o desenvolvimento da remuneração docente na singularidade da educação básica e na particularidade das redes pública e privada de Campo Grande, elegeu-se enquanto campo empírico para exploração e análise o banco de dados

³ Além do desempenho do professor, outras diversas variáveis podem influir na qualidade do ensino, como a infraestrutura da escola, o tamanho da turma e a qualificação do professor, além da atratividade da carreira docente.

institucional Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴, do Ministério do Trabalho (MTE). Para efeitos de análise e apresentação de dados, foram utilizadas algumas séries históricas referentes às categorias ocupacionais correspondentes ao trabalho docente na educação básica, utilizando-se alguns subgrupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) referentes ao trabalho docente e o “tipo de vínculo” Estatutário Municipal, Estadual e Entidades Empresariais.

Com esta perspectiva, este trabalho aborda alguns desafios que se engendram no atual momento histórico, principalmente no que se refere à implantação de políticas de financiamento da educação nacional e seus impactados na estrutura de remuneração dos professores de escolas públicas de educação básica.

Este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: inicialmente abordaremos algumas das principais vertentes que conduzem as políticas educacionais, em seguida como a remuneração e valorização do professor da educação básica está institucionalizada no país e no município de Campo Grande. Por fim, exploramos as informações estatísticas e analisamos os resultados obtidos, visando que o mesmo possa contribuir para ampliar o conhecimento a respeito da valorização do professor da educação básica.

2. Panorama das vertentes que conduzem as políticas educacionais

Ao longo do tempo um permanente impasse se promulga em relação aos atos do Estado, quanto à sua natureza, capacidade, tamanho e campo de ação. A formulação de políticas que o Estado cria em determinado período histórico e os fatores que a determinam são importantes, mas vale ressaltar a complexidade de compreender o Estado Capitalista e como este pensa e arquiteta a política educacional.

Segundo Cattani (2002), referências à ideia de que o aperfeiçoamento da força de trabalho eleva a eficiência do trabalho e do capital já tinham sido realizadas nas obras de pensadores antagônicos como Adam Smith e Karl Marx. Ao observar diferentes posições epistemológicas a respeito das relações entre Estado, educação e

⁴ Os dados encontram-se disponíveis no site (<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>). A autorização para acesso via Internet é feita mediante solicitação ao MTPS por meio do preenchimento de formulário eletrônico específico pelo site (<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/adesao-ao-programa/solicitacao-de-acesso-online.htm>).

economia, Höfling (2001) traz uma contribuição importante sobre como a política educacional se insere no contexto do Estado Capitalista.

De acordo com construção da perspectiva marxista realizada, Höfling, no cenário de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atuaria como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. Com isso, observa ainda a autora, significaria um equívoco ajuizar os objetivos da política educacional voltados estritamente para a qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas indústrias ou de determinadas formas de emprego. De fato:

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um máximo de opções de troca para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas. (OFFE *apud* HÖFLING, 2001, p. 35).

As teorias políticas liberais, por sua vez, concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, como o direito de propriedade, à vida, à liberdade e aos bens e serviços necessários para conservar ambas. Já as chamadas “políticas neoliberais” referem-se à redução do papel do Estado e à criação de mercados, nos setores tradicionalmente públicos, como na educação, saúde e demais setores (HÖFLING, 2001).

Segundo Höfling (2001), os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada. Um sistema estatal de oferta de escolarização compromete as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação desejada para seus filhos. Friedman aponta a lógica do mercado para a política educacional segundo estes postulados a seguir.

[...] em escolarização, pais e filhos são os consumidores, e o mestre e o administrador da escola, os produtores. A centralização na escolaridade trouxe unidades maiores, redução da capacidade dos consumidores de escolher e aumento do poder dos produtores (FRIEDMAN *apud* HÖFLING, 2001, p. 38).

Portanto, além do direito de livre escolha em relação ao tipo de educação desejada para seus filhos, este seria um caminho para estimular a competição entre os serviços oferecidos no mercado. Tais postulados afetaram a concepção de políticas de diversas economias, conforme Barroso expõe:

Estas “políticas neoliberais” afetaram diretamente muitos outros países e foram adaptadas como referenciais para os programas de desenvolvimento conduzidos pelas grandes organizações internacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE etc.) no que foi designado por “consenso de Washington”, cujas principais “receitas” passavam por: disciplina orçamental, reforma fiscal, eliminação das barreiras às trocas internacionais, privatização e desregulamentação, com o conseqüente apagamento da intervenção do Estado. Com o virar do milênio, assiste-se a um recuo das teorias mais radicais do neoliberalismo e à emergência de propostas alternativas que vão no sentido de procurar um equilíbrio entre o “Estado” e o “mercado”, ou mesmo no sentido de superar esta dicotomia pela reativação de formas de intervenção sócio comunitária na gestão da coisa pública (BARROSO, 2005 p. 741).

Ainda no campo do (neo) liberalismo, Schultz (1973) classifica o investimento em capital humano em: escolaridade e educação de nível mais alto, treinamento realizado no local do emprego, migração, saúde e informação econômica já que estes possibilitam a produtividade de valor. Desta forma, passou-se a dar atenção especial ao capital humano.

A educação passa a ocupar, junto com as políticas de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na ponta das macropolíticas do Estado, como fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivos para a competitividade internacional. Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que hoje se colocam para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indisponível do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas (MELLO *apud* SOBRAL, 2000, p.6).

Saviani (1994) aponta que, quanto mais avança o processo urbano-industrial, maior será a exigência da expansão escolar. “Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos” (idem, 1994, p. 156).

Outra vertente do liberalismo, evidenciada por Torres (1997), é o funcionalismo. Segundo o autor, a educação pode ser entendida a partir de quatro funções, quais sejam a função acadêmica, função distributiva, função econômica e a função política. Para o autor: “São as políticas do Estado que, de alguma maneira, através de impostos, fixação de salários, taxa de inflação ou políticas de emprego, determinam em que medida os programas educativos vão permitir a obtenção de melhoria do seu salário” (TORRES, 1997, p. 34).

Em síntese sobre as funções educacionais, aponta Torres que a função acadêmica seria responsável pela socialização, por meio da qual as crianças são

incorporadas com a adoção de modelos específicos, de comportamento, normas e valores, onde a escola é aquela instituição que permite adaptar as novas gerações a cultura das gerações antigas, ou seja um elemento de reprodução cultural. Na função distributiva, a escola atuaria como uma instituição de seleção natural; na função política, pelos processos de socialização de hábitos e valores, respeitando sistemas de atuação social desenvolvendo âmbitos de convivência social. E, por último, temos a função econômica, na qual o primeiro elemento dessa função é a aquisição de habilidades, destrezas e conhecimentos específicos para o desempenho de uma profissão ou ocupação.

[...] há um pressuposto da economia neoclássica de que se poderia estabelecer uma igualdade entre produtividade e renda. De acordo com esse pressuposto, os níveis de produtividade da força de trabalho determinam seus níveis de renda. Unido a esse, há um segundo pressuposto de que os níveis de produtividade da força de trabalho podem modificar-se na medida em que se modificam os níveis educativos. Em tal sentido, poderia dizer-se que, com maior educação, não só haverá maior produtividade e maior desenvolvimento, mas também uma melhor distribuição de renda (TORRES, 1997, p. 15).

Feitas essas observações, podemos destacar que os fatores envolvidos na formulação de políticas públicas educacionais são complexos e exigem grande esforço de análise. Visto a importância atribuída à educação enquanto investimento produtivo, seja ela pública ou privada, a próxima seção discute as implicações do desenvolvimento e institucionalização da educação enquanto política social. Com efeito, embora o foco empírico de coleta e análise de dados deste trabalho tenha sido a remuneração docente, em vista de a remuneração estar intimamente relacionada com a institucionalização da carreira e profissão, uma discussão sobre esse processo torna-se fundamental.

3. Educação e trabalho docente: a institucionalização da remuneração docente na educação básica

Conforme a carta magna brasileira, é importante observar que o ensino deve ser ministrado tendo como referência os seguintes princípios:

O ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V- Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (BRASIL, 1998, art. 206).

Aspectos como a formação, duração da jornada de trabalho, remuneração e estrutura da carreira carecem de destaque na pauta das políticas educacionais diante da

importância da função do professor quando se fala em educação de qualidade. Pinto (2009) destacou como ainda há poucos avanços na remuneração dos magistrados.

A lei de 1827, quando a moeda em vigor era o Real original, mais conhecido pela alcunha de Réis, muito embora não definisse a hora-atividade, estabelecia que os “ordenados” dos professores teriam um valor “de 200\$000 a 500\$00 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares”. Em valores de 2009, esses salários representariam, respectivamente, R\$ 1.138 e R\$ 2.846, mensais, considerando 13 salários por ano. Não deixa de ser curioso que o piso aprovado em 2008, de R\$ 950, em valores de janeiro daquele ano, atualizado para janeiro de 2009, com base no índice definido pela legislação, e que considera a variação do valor mínimo do Fundeb para as séries iniciais do ensino fundamental, corresponda a R\$ 1.128/mês, ou seja, praticamente o “piso” de 1827! (PINTO, 2009, p. 52).

A qualidade do ensino e a remuneração adequada aos professores da educação básica são uns dos principais desafios da educação brasileira ao longo de sua história. De acordo com Pinto (2009), o Brasil tem desempenhado pouco avanço na perspectiva da valorização dos professores, embora já exista, hoje, uma consciência generalizada de que os professores são mal remunerados.

[...] a formação de professores no país ainda sofre os impactos do crescimento efetivo tão recente e rápido das redes públicas e privadas de ensino fundamental, e das improvisações que foram necessárias para que as escolas funcionassem (...). Esse crescimento do sistema escolar foi sem dúvida um mérito, provindo de grande esforço social, político e de administração, porém é chegado o momento de se conseguir que esse sistema tenha melhor qualidade em seus processos de gestão, nas atuações dos profissionais e nas aprendizagens pelas quais responde. Um dos aspectos a se considerar nessa direção, entre outros, é a formação dos professores, sua carreira e perspectivas profissionais. (GATTI; BARRETO, 2009, p.10).

De acordo com Rodríguez e Simões (2008), a preocupação com a valorização docente percebida na perspectiva de assegurar condições de trabalho adequadas, remuneração digna, formação inicial e continuada, carreira e plano profissional, entre outros aspectos, possui condições consideradas necessárias para assegurar a qualidade social da educação na rede pública de ensino.

A partir da Constituição Federal de 1988 – que apontou a necessidade de criação de um Piso Salarial – algumas legislações, em âmbitos federal, estadual e municipal, fizeram referência à remuneração e valorização do magistério público, das quais se destacam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A Lei nº 11.738/2008 estabeleceu o piso salarial dos profissionais do magistério. Da Emenda Constitucional nº 74 de 06 de agosto de

2013, no artigo 206, no inciso V, um dos princípios instituídos é a valorização dos profissionais da educação escolar, garantindo, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

A base do Fundeb é semelhante à do Fundef. O âmbito de atuação de cada fundo é entre os estados e seus municípios, com a redistribuição dos recursos vinculados de acordo com o número de matrículas de cada rede de ensino. Com o Fundeb, a União continuou a determinar o valor mínimo nacional por aluno; porém, ele é diferenciado para cada etapa e modalidade de ensino e complementa financeiramente os estados que não conseguem atingir o valor mínimo por aluno definido nacionalmente. Na composição dos impostos vinculados para a formação do Fundeb, ficaram de fora os de origem municipal. E o salário-educação, antes restrito ao ensino fundamental, agora financia toda a educação básica (Fernandes; Fernandes, 2013).

Contudo, mesmo no contexto da implementação dessas políticas de valorização do magistério público citadas, a educação brasileira ainda fracassa perante avaliações tanto no âmbito nacional quanto internacional, conforme evidenciado por (GATTI; BARRETO, 2009, p.8):

Apesar das várias tentativas de valorização dos professores empreendidas nos últimos anos pelo Governo Federal e pelos estados, municípios e Distrito Federal, destacando-se mais recentemente a lei que instituiu um piso salarial e o decreto sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica liderada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a situação atual é bastante crítica, certamente devido a omissões que se acumularam e foram progressivamente se agravando ao longo da história. As sucessivas avaliações da educação brasileira, em âmbito nacional ou internacional, indicam que o baixo rendimento escolar persiste e demonstram a magnitude e a complexidade do problema.

A Lei 11.738, determinou o prazo até 31 de dezembro de 2009 para que a União, os Estados, o DF e os Municípios adequassem ou formulassem seus planos de carreira à luz da legislação federal. No entanto, a Lei 11.738/2008, que regula o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu sua constitucionalidade. A decisão tem efeito erga omnes⁵.

De acordo com o Ministério da Educação, o vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio

⁵ Erga omnes (do Latim, contra, relativamente a, frente a todos) – Ou seja, obriga a todos os entes federativos ao cumprimento da Lei.

modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, em 2015 é de R\$ 1.917,78 (BRASIL, 2015).

No âmbito da prefeitura o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande (PCRM), regulamentado pela Lei Complementar nº 19 de 15 de julho de 1998 em Campo Grande, também foram especificados dois tipos de promoção na carreira: a horizontal e a vertical.

Art. 41 - O desenvolvimento funcional visa proporcionar oportunidades de crescimento na carreira e propiciar alternativas para a realização pessoal e profissional dos recursos humanos da Secretaria Municipal de Educação, através das seguintes modalidades: I - Promoção Horizontal - elevação funcional do membro do magistério, dentro do respectivo cargo, pela decorrência de tempo no exercício da função ou por merecimento através da avaliação de desempenho, mediante a passagem de uma classe para a imediatamente seguinte; II - Promoção Vertical - alteração de nível dentro do mesmo cargo, em decorrência da elevação do grau de escolaridade. Parágrafo Único - Merecimento é a demonstração por parte do membro do magistério do fiel cumprimento de seus deveres e da eficiência no exercício do cargo, bem como da contínua atualização e aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades, avaliados mediante um conjunto de critérios e instrumentos específicos. (CAMPO GRANDE, 2001b).

Essa legislação atendeu aos dispositivos das Leis nº 9.424/1996, nº 9.394/1996 e da Resolução nº 03/1997, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientaram a elaboração dos Planos de Carreiras a serem implantados pelos sistemas de ensino do país. O magistério municipal caracteriza-se pelo conjunto de profissionais da educação que exercem atividades de docência e as funções técnico-pedagógicas que compreendem a administração, a supervisão, a inspeção e a orientação educacional nas unidades de ensino e no órgão central, representado pela Secretaria Municipal de Educação (FERNANDES; FERNANDES, 2013).

Já no âmbito do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se que a carreira e a remuneração docente foram regulamentadas por meio de estatutos do magistério, os quais vêm sendo alterados ao longo do período, o primeiro plano de carreiras do magistério instituído no estado pelo Decreto-Lei n. 102, de 06 de junho de 1979 (Rodríguez et al., 2012).

Apenas a elevação do salário é ineficaz para garantir a valorização do magistério. É fundamental que estados e municípios ofereçam ou reestruturem os planos de carreira. Da forma como estão hoje, os planos não permitem ao docente “subir na carreira” permanecendo na sala de aula. Para conseguir um melhor patamar salarial, o educador precisa chegar a postos de gestão – e nem sempre um bom professor tem as competências necessárias para se tornar um diretor competente. (INEP, 2015, p. 111).

A questão da atratividade da carreira docente é recorrente no debate sobre o magistério da educação básica. Baixos salários, pouco reconhecimento social e falta de plano de carreira afastam os estudantes mais bem preparados no ensino médio dos cursos superiores de formação de professores e, por conseguinte, da profissão docente (Gatti, Barretto e André, 2011; Louzano et al., 2010).

Em alguns aspectos, porém, os empregos docentes exibem hoje bom desempenho trabalhista. Em um ranking multivariado do desempenho de 48 carreiras universitárias no mercado de trabalho elaborado por Neri (2013) a partir de dados do Censo Demográfico 2010, as carreiras da área de educação aparecem no decil superior das menores jornadas de trabalho (é a 4ª carreira com menor jornada semanal média), no segundo decil em termos de empregabilidade (é a 8ª com maior taxa de ocupação) e no terceiro decil em termos de cobertura previdenciária (é a 13ª neste quesito). Apesar do bom desempenho em alguns indicadores, quando o assunto é remuneração, a atratividade da carreira docente despenca: no ranking multivariado de Neri (2013), o salário mensal médio das carreiras afins às licenciaturas é o terceiro mais baixo entre as 48 carreiras pesquisadas. Nos registros da Rais 2012, aos quais recorreu-se na seção 2, os ocupantes de postos de trabalho típicos de atividades pedagógicas aferiam remuneração horária média 20% inferior aos de postos ocupados por profissionais de outras carreiras típicas de nível superior. Sem incentivos financeiros atraentes, torna-se mais difícil selecionar e contratar bons profissionais. (NASCIMENTO; SILVA; SILVA, 2014, p. 46).

4. Panorama da carreira do magistério público da educação básica

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2014, o Brasil possui 2,1 milhões de docentes na Educação Básica, sendo que quase 1,7 milhão são mulheres. De acordo com a tabela 1, dos professores que atuam na Educação Básica, no Brasil em 2012, 78% possuem formação em nível superior (INEP, 2015).

Tabela 1 - Professores na Educação Básica Por nível de escolaridade – 2009-2013.

Nível de Escolaridade	2009		2010		2011		2012		2013	
	%	Quant.								
Superior	68	1.341.178	69	1.381.909	74	1.515.322	78	1.642.195	74,8	1.607.181
Ensino Médio	7,1	139.974	8	160.553	6,4	131.082	5,5	115.456	11	237
Ensino Médio normal/magistério	25	484.346	23	450.707	19	387.584	16	335.418	13,9	298
Ensino Fundamental	0,6	12.480	0,6	12.565	0,6	11.363	0,4	8.339	0,3	6

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Anuário da Educação Básica — 2015.

Os dados da tabela 2 mostram que a remuneração média do professor da Educação Básica brasileira é 50% da média salarial dos trabalhadores com formação

superior, situada na faixa de R\$ 3,6 mil mensais. Observa-se o quanto estamos a margem da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), a qual é “Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente” (BRASIL, 2010).

Tabela 2 - Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil 2006-2013 (Em R\$ – valores de 2013, deflacionados pelo INPC).

Áreas com Curso Superior	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Professores da Educação Básica	1.670,60	1.633,00	1.675,50	1.663,90	1.804,90	1.874,50	2.015,53
Profissionais na área de Exatas	5.146,10	5.560,90	5.474,00	5.464,50	5.711,30	5.775,70	6.224,95
Profissionais na área de Humanas	3.998,10	4.077,60	3.738,60	3.990,80	3.948,30	4.077,40	4.180,41
Profissionais na área de Saúde	4.446,40	4.480,00	4.546,90	4.190,80	4.566,70	4.517,80	4.388,27
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	3.570,70	3.541,40	3.425,10	3.406,20	3.530,30	3.623,50	3.515,56

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação. - Este indicador não considera as horas trabalhadas pelos profissionais.

Outro indicador relevante no contexto desta meta do PNE, gerado com dados da (Munic), do IBGE, mostra o número de medidas que possuem ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério por regiões do Brasil, como pode ser visto na tabela 3. Embora os dados não sejam recentes, sinalizam uma evolução positiva: em todo o país, metade dos municípios adotam medidas nesse sentido, e esse percentual não varia significativamente nas diversas regiões (INEP, 2014).

Tabela 3 - Porcentagem de municípios conforme ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério.

	ADOTA MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO?			
	2006		2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Brasil	33,3	66,7	49,9	50,1
REGIÃO				
Norte	30,6	69,4	41,4	58,6
Nordeste	33	67	50,7	49,3
Sudeste	31	69	45,7	54,3
Sul	35,7	64,3	54,5	45,5
Centro-oeste	39,1	60,9	58,8	41,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Fernandes e Fernandes (2013) analisaram a remuneração salarial de professores das redes de ensino estadual e municipal na cidade de Campo Grande, no período de 1998 a 2010, e concluíram que não houve impactos significativos em termos de ganhos e/ou aumentos na remuneração de professores, como, a princípio, pareceram indicar as políticas de fundos contábeis. Verifica-se, na tabela 4, o vencimento base dos professores da rede municipal de ensino do município de Campo Grande para os anos de 1998 e 2006 (início e final do Fundef) e 2007 (início do Fundeb) e 2010.

Tabela 4 - Demonstrativo do salário base dos professores.

Habilitação	Vencimento	1998	2006	2007	2010
Ensino Médio Magistério	Inicial	452,29	514,42	552,26	621,42
	Final	757,55	947,80	1.017,52	1.144,91
Licenciatura Plena (Graduação)	Inicial	587,97	745,92	828,40	923,13
	Final	984,81	1.374,30	1.526,28	1.717,37
Pós-graduação (Especialização)	Inicial	646,78	820,51	911,24	1.025,34
	Final	1.082,76	1.511,73	1.678,90	1.889,11

Fonte: CAMPO GRANDE. Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE), 1998c, 2006a, 2007b e 2010. Valores Indexados pelo INPC (dez./2010). Elaboração: Fernandes e Fernandes (2013).

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam a evolução dos salários médios por rede de ensino de acordo com a RAIS no município de Campo Grande, referentes às categorias ocupacionais correspondentes ao trabalho docente na educação básica, utilizando-se alguns subgrupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) referentes ao trabalho docente e o “tipo de vínculo”, que poderia ser Estatutário Municipal, Estadual e Entidades Empresariais.

Nas tabelas são apresentadas a quantidade (Quant.) de professores e a remuneração média nominal, que é o salário recebido pelos professores no período considerando apenas a parte fixa do salário (salário base) em sua forma bruta, sem considerar os descontos aplicados. Assim foi realizada a média recebida por cada professor. Como o salário nominal não pode ser parâmetro de comparação já que de um ano para outro ocorrem distorções por causa da inflação, o que pode interferir na análise, assim foi apresentado o salário real, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2015.

Nota-se, na tabela 5, que a incidência de Professores de nível médio na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Profissional, é maior na rede privada de ensino. Da mesma forma, a remuneração desses profissionais é superior aos da rede pública no período de 2006 a 2013, como evidenciado no Gráfico 1.

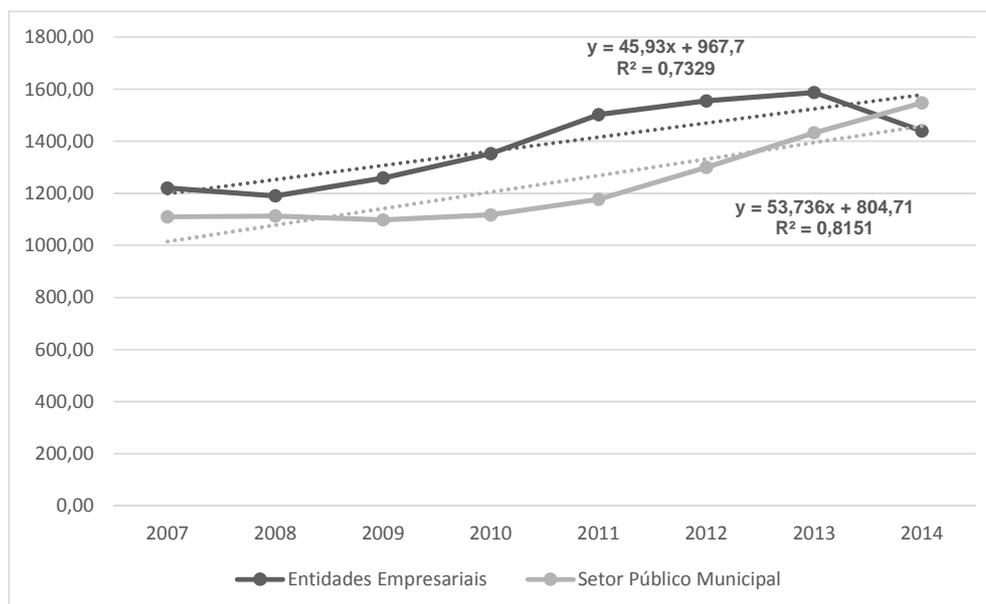
Além disso, no Gráfico 1, com o objetivo de evidenciar o grau de reajuste ao longo do período analisado dos salários no setor público e das entidades empresariais, adicionamos a linha de tendência linear com sua respectiva equação a cada setor. O coeficiente angular da equação mede a elasticidade do salário em relação a cada ano em média, ou seja, a cada ano o setor público municipal reajusta em média R\$ 53,73 nos salários de seus professores de nível médio na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Profissional. Enquanto isso, as entidades privadas reajustam R\$ 45,93 em média a cada ano e o salário mínimo tem sido ajustado em média 26,44 a cada ano, no período de 2007 a 2014.

Tabela 5 - Remuneração dos Professores de nível médio na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Profissional.

Rede de Ensino	ENTIDADES EMPRESARIAIS				SETOR PÚBLICO MUNICIPAL				
	Ano	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média Salário Real	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média Salário Real	Salário Real	
	2006	289	R\$ 191.839,89	R\$ 633,81	R\$ 1.158,03	*	*	*	
	2007	313	R\$ 230.141,90	R\$ 735,28	R\$ 1.219,78	56	R\$ 37.448,16	R\$ 668,72	R\$ 1.109,36
	2008	333	R\$ 254.276,82	R\$ 763,59	R\$ 1.189,66	110	R\$ 78.553,71	R\$ 714,12	R\$ 1.112,59
	2009	362	R\$ 304.486,17	R\$ 841,12	R\$ 1.258,72	118	R\$ 86.606,68	R\$ 733,95	R\$ 1.098,34
	2010	330	R\$ 317.519,08	R\$ 962,18	R\$ 1.352,38	100	R\$ 79.492,45	R\$ 794,92	R\$ 1.117,29
	2011	379	R\$ 429.846,49	R\$ 1.134,16	R\$ 1.502,74	89	R\$ 79.078,09	R\$ 888,52	R\$ 1.177,27
	2012	413	R\$ 514.702,46	R\$ 1.246,25	R\$ 1.554,86	80	R\$ 83.379,57	R\$ 1.041,49	R\$ 1.299,39
	2013	476	R\$ 639.200,21	R\$ 1.342,86	R\$ 1.587,14	74	R\$ 89.731,11	R\$ 1.212,58	R\$ 1433,16
	2014	562	R\$ 726.751,69	R\$ 1.293,15	R\$ 1.438,89	63	R\$ 87.633,69	R\$ 1.391,01	R\$ 1.547,78

Fonte: elaborada a partir de dados da RAIS. - Em R\$ – valores de 2015. (*) Dados não divulgados.

Gráfico 1 - Comparação do Salário Real dos Professores de nível Médio entre Entidades Empresarias e Setor Público Municipal.



Fonte: elaborado a partir de dados da RAIS.

Na tabela 6, temos uma comparação dos professores do Ensino Médio da Rede Pública Estadual e as Entidades Privadas. Nesse caso a quantidade de profissionais na rede pública é consideravelmente superior, assim como a remuneração, melhor

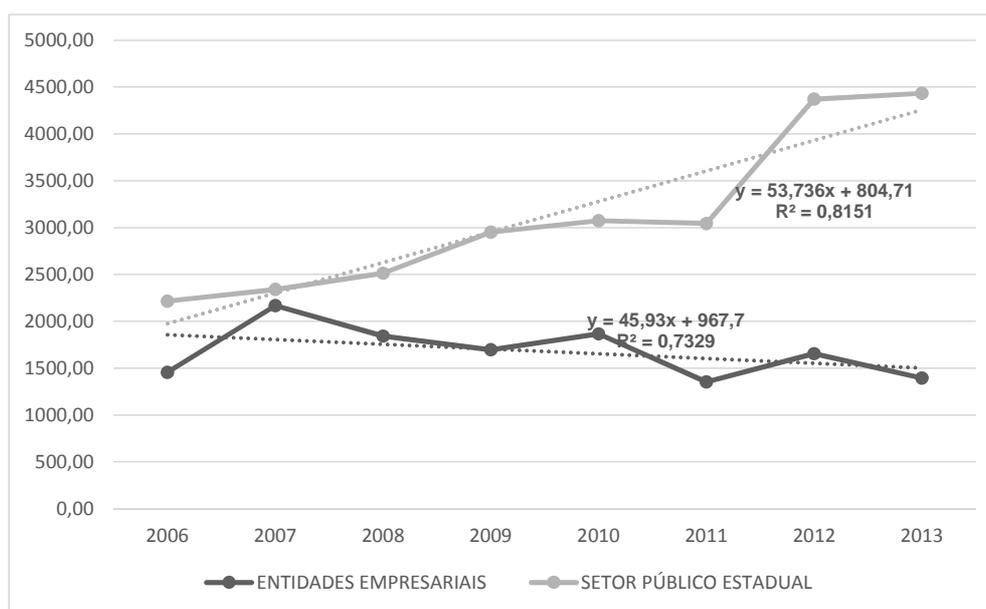
evidenciada no Gráfico 2. Também no Gráfico 2, observamos que a cada ano o setor público estadual reajusta em média R\$ 53,73 nos salários de seus professores do Ensino Médio, enquanto as entidades privadas reajustam negativamente em R\$ 45,93 em média a cada ano, no período de 2006 a 2013.

Tabela 6 - Remuneração dos Professores do Ensino Médio.

PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO								
Rede de Ensino	ENTIDADES EMPRESARIAIS				SETOR PÚBLICO MUNICIPAL			
Ano	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média	Salário Real	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média	Salário Real
2006	231	R\$ 192.842,44	R\$ 834,81	R\$ 1.456,35	19.745	R\$ 25.066.114,12	R\$ 1.269,49	R\$ 2.214,67
2007	236	R\$ 308.236,45	R\$ 1.306,09	R\$ 2.166,71	17.656	R\$ 24.921.614,11	R\$ 1.411,51	R\$ 2.341,60
2008	212	R\$ 250.553,36	R\$ 1.181,86	R\$ 1.841,31	18.782	R\$ 30.297.960,62	R\$ 1.613,14	R\$ 2.513,23
2009	242	R\$ 274.468,24	R\$ 1.134,17	R\$ 1.697,25	17.929	R\$ 35.350.311,33	R\$ 1.971,68	R\$ 2.950,57
2010	226	R\$ 299.893,60	R\$ 1.326,96	R\$ 1.865,09	18.609	R\$ 40.677.807,35	R\$ 2.185,92	R\$ 3.072,39
2011	196	R\$ 200.272,75	R\$ 1.021,80	R\$ 1.353,86	19.336	R\$ 44.399.643,56	R\$ 2.296,22	R\$ 3.042,43
2012	226	R\$ 299.893,60	R\$ 1.326,96	R\$ 1.655,55	7.814	R\$ 27.364.245,08	R\$ 3.501,95	R\$ 4.369,12
2013	212	R\$ 250.553,36	R\$ 1.181,86	R\$ 1.396,85	7.701	R\$ 28.888.095,19	R\$ 3.751,21	R\$ 4.433,60
2014	236	R\$ 308.236,45	R\$ 1.306,09	R\$ 1.453,28	*	*	*	*

Fonte: elaborada a partir de dados da RAIS. - Em R\$ – valores de 2015. (*) Dados não divulgados.

Gráfico 2 - Comparação do Salário Real dos Professores do Ensino Médio entre Entidades Empresariais e Setor Público Estadual.



Fonte: elaborado a partir de dados da RAIS.

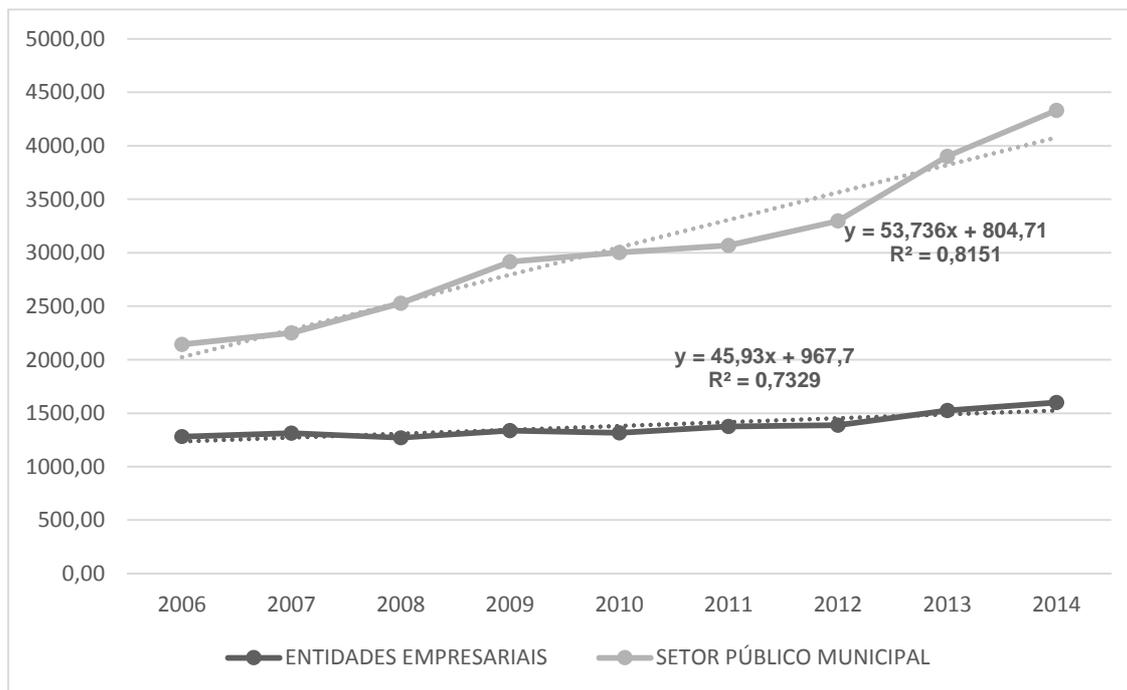
Já na tabela 7, também constatamos que a quantidade de professores na rede pública é superior à privada quando esses profissionais possuem nível superior e atuam na educação infantil e no ensino fundamental. Além disso, a remuneração média desses profissionais é consideravelmente maior que os da rede privada de ensino, como mostra no gráfico 3. O Gráfico 3, também evidencia que a cada ano o setor público municipal reajusta em média R\$ 53,74 nos salários de seus professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental, enquanto as entidades privadas reajustam negativamente em R\$ 45,93 em média a cada ano, no período de 2006 a 2014. Isso mais uma vez constata uma informação que difere do senso comum de que a rede privada teria uma melhor remuneração do que a rede pública de educação básica, nesse caso especificamente no município de Campo Grande.

Tabela 7 - Remuneração dos Professores de nível Superior na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Rede de Ensino	ENTIDADES EMPRESARIAIS				SETOR PÚBLICO MUNICIPAL			
	Ano	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média Salário Real	Quant.	Remuneração Média Nominal	Média Salário Real	
2006	743	R\$ 546.405,58	R\$ 735,40	R\$ 1.282,94	2.605	R\$ 3.199.474,41	R\$ 1.228,21	R\$ 2.142,65
2007	761	R\$ 603.893,79	R\$ 793,55	R\$ 1.316,45	2.537	R\$ 3.442.336,87	R\$ 1.356,85	R\$ 2.250,93
2008	736	R\$ 600.018,74	R\$ 815,24	R\$ 1.270,13	3.776	R\$ 6.124.773,93	R\$ 1.622,03	R\$ 2.527,08
2009	741	R\$ 662.401,78	R\$ 893,93	R\$ 1.337,74	3.853	R\$ 7.507.715,52	R\$ 1.948,54	R\$ 2.915,94
2010	664	R\$ 622.593,93	R\$ 937,64	R\$ 1.317,89	4.215	R\$ 9.006.350,11	R\$ 2.136,74	R\$ 3.003,26
2011	739	R\$ 767.829,03	R\$ 1.039,01	R\$ 1.376,67	4.385	R\$ 10.156.331,88	R\$ 2.316,15	R\$ 3.068,85
2012	823	R\$ 915.956,56	R\$ 1.112,95	R\$ 1.388,54	4.537	R\$ 11.984.795,87	R\$ 2.641,57	R\$ 3.295,68
2013	826	R\$ 1.065.908,18	R\$ 1.290,45	R\$ 1.525,19	4.429	R\$ 14.617.667,40	R\$ 3.300,44	R\$ 3.900,83
2014	828	R\$ 1.191.967,24	R\$ 1.439,57	R\$ 1.601,81	3.862	R\$ 15.035.668,05	R\$ 3.893,23	R\$ 4.332,00

Fonte: elaborada a partir de dados da RAIS. - Em R\$ – valores de 2015.

Gráfico 3 - Comparação do Salário Real dos Professores de nível Superior entre Entidades Empresarias e Setor Público Municipal.



Fonte: elaborado a partir de dados da RAIS.

5. Considerações finais

O presente trabalho demonstrou as diferenças da remuneração dos professores entre a Rede Privada e Pública de ensino na educação básica no município de Campo Grande, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no período de 2006 a 2015. Apesar da complexidade das informações e classificações do banco de dados, foi possível levantar questionamentos acerca da remuneração do professor de ensino básico diferentes ao senso comum.

De forma geral, verificou-se que somente quando o professor da educação infantil, ensino fundamental e profissional possui apenas nível médio, a remuneração na rede privada é superior à rede pública de ensino. Contudo, isso muda quando comparamos os reajustes salariais em média a cada ano: o setor público prevaleceu com maiores reajustes que as entidades privadas. Essa diferença entre os setores ficaram expressivas nos gráficos 1, 2 e 3, nos quais o setor público teve, no período analisado, um reajuste maior que o das entidades privadas. Percebeu-se também um aumento na qualificação média do professor do ensino básico, de acordo com o Anuário da

Educação Básica, assim como o número de medidas de valorização adotadas pelos municípios.

No entanto, quando a remuneração média dos professores da educação básica é comparada com a remuneração média de outros profissionais de nível superior, evidencia-se uma drástica diferença. Isso nos remete à ideia de comparar remunerações e benefícios, que podem ter influência direta na tomada de decisão na hora de definir uma profissão.

Embora o que concerne esta pesquisa seja compreender a problemática da valorização dos professores da educação básica pública no município de Campo Grande, foram pesquisados apenas os valores. Objetivou-se comparar a remuneração dos professores à de outros profissionais com o mesmo nível de formação, mas compreende-se que esta problemática se estende a inúmeros outros aspectos que vão além da remuneração desses profissionais. Também compreende-se trata-se de um requisito para que as políticas públicas avancem para além do salário do professor e assim chegar na universalização da educação básica de qualidade. Assim, como sugestão a pesquisas futuras, aponta-se para inúmeros outros aspectos a serem analisados, como: a sua formação, remuneração, estrutura da carreira, entre outros.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out.1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em Nov. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) de 1996**. <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em Nov. 2015.

_____. **Piso salarial do magistério é de R\$ 1.917,78. O reajuste em janeiro deste ano foi de 13,01%.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores?id=21042>> Acesso em: Nov. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.** Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília, DF, 2006a.

CATTANI, A. D. **Teoria do capital humano.** Disponível em: <<http://leonildoc.orgfree.com/curso/capitalhumano.htm>> Acesso em: 27 abr. 2015

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade.** Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

GATTI, B. A; BARRETTO, E. S. de S. e ANDRÈ, M. E.D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B.; BARRETO, E.S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HOFLING, E.de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

MELCHIOR, J. C. de A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil.** Campinas (SP): Autores associados, 1997.

NASCIMENTO, P. A. M. M.; SILVA, C. A.; SILVA, P. H. D. Subsídios e proposições preliminares para um debate sobre o magistério da educação básica no Brasil. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, p. 37-51, v. 32, abr. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/140508_radar32_cap3> Acesso em: Nov. 2015.

PINTO, J. M. de R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 51-67, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/101/290>> Acesso em 10 abr. 2015.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria ; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. ; SIMÕES, Carolina Hairdoim . Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Sul Mato-Grossense (1979-2010): primeiras aproximações. **Educação em Foco** (Belo Horizonte. 1996), 2012. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/download/248/217>>. Acesso em Nov. de 2015.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2015.pdf>. Acesso em: Nov. de 2015.

TOPEL, Robert (2004). **The Private and Social Values of Education**, pp. 47-57, in Federal Reserve Bank of Cleveland (2004).